



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO)

**EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO SRP) nº:
008/2024**

PROCESSO Nº 942/2024

DATA: 01/04/2024

HORÁRIO: 08:00 horas

LOCAL: Por meio da INTERNET através do site: <https://portal.licitanet.com.br/login>

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de Preço visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO.

Para consulta e conhecimento dos interessados, a cópia do Edital, permanecerá fixada no quadro de avisos e publicações da Prefeitura, situado na Rua Maria Tavares de Andrade, Setor Bouganville – São Patrício-GO. O Edital será fornecido gratuitamente aos interessados bem como poderá ser acessado nos sites: <https://saopatricio.go.gov.br/>, <https://portal.licitanet.com.br/login> ou requerido através do e-mail: cplsaopatricio@gmail.com.



A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PATRÍCIO, ATRAVÉS DE PREGOEIRO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICO, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES E AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login>. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PATRÍCIO.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 01/04/2024 ÀS 08:00H

LOCAL: <https://portal.licitanet.com.br/login>

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preço visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de São Patrício no exercício de **(2024)**, na classificação:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE
Fundo Municipal de Educação	14051236100302.0693.3.90.30.00 – Consumo	101
Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Festividades	01051339200072.0203.3.90.30.00 – Consumo	100
Fundo Municipal de Assistência Social	06160824400452.0753.3.90.30.00 – Consumo	100
Fundo Municipal de Assistência Social	06160824400452.0753.3.90.30.00 – Consumo	129
Fundo Municipal de Assistência Social	06160824400452.0753.3.90.30.00 – Consumo	132
Fundo Municipal de Assistência Social	06160824400452.0753.3.90.30.00 – Consumo	282
Secretaria Municipal de Assistência Social – Conselho Tutelar	06160824300422.0613.3.90.30.00 – Consumo	100
Fundo Municipal de Saúde	04101030100482.0623.3.90.30.00 – Consumo	102
Secretaria Municipal e Administração	01030412200102.0073.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal e Administração	01030618100122.0093.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte, Obras e Serviços Públicos	01171545200132.0103.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte, Obras e Serviços Públicos – Limpeza Pública	01171545200142.0113.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	01231854100282.0353.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal de Agricultura	01202060100272.0323.3.90.30.00 – Consumo	100
Secretaria Municipal de Esporte	01222781200392.0313.3.90.30.00 – Consumo	100
Gabinete do Prefeito	01020412200062.0053.3.90.30.00 – Consumo	100

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral na (<https://portal.licitanet.com.br/login>) que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no (LICITANET) no sítio (<https://portal.licitanet.com.br/login>).

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no (LICITANET) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no (LICITANET).

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



5.3.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos complementares de habilitação no prazo de máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas diretamente no sistema (digitadas), desclassificando desde logo aquelas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.2. Também será desclassificada a proposta digitada nos campos do sistema que identifique o licitante na especificação de seu objeto, marca, modelo.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, salvo aceitação de valor inferior ao crivo do Pregoeiro.

ITEM	DESCRIÇÃO	Intervalo Mínimo
1	Banana da terra kg	R\$ 0,50
2	Chuchu kg	R\$ 0,50
3	Coloral kg	R\$ 1,00
4	File de peixe sem espinha 800gr (Tilápia)	R\$ 1,00
5	Leite de coco 500 ml	R\$ 0,10
6	Barra gelo granulado 5 kg	R\$ 1,00
7	Barra gelo granulado 10 kg	R\$ 1,00
8	Mandioca kg	R\$ 0,50
9	Guariroba em casca	R\$ 1,00
10	Açafrão em pó, 50 gramas	R\$ 0,50
11	Achocolatado em pó instantâneo, 370 gramas	R\$ 0,50
12	Achocolatado em pó instantâneo, 750gramas	R\$ 0,50
13	Achocolatado em pó instantâneo, 1.800 kg	R\$ 1,00
14	Açúcar cristal, cor clara, 2kg	R\$ 0,50
15	Açúcar de confeitador 1kg	R\$ 0,50
16	Adoçante dietético líquido, 100 ml	R\$ 0,10
17	Alho 400 gramas	R\$ 0,50
18	Amendoim tipo 1 - 500 gramas	R\$ 0,50
19	Amido de milho, 500 gramas	R\$ 0,10
20	Apresentado, 1 kg	R\$ 1,00
21	Arroz tipo 1 - 5 kg	R\$ 1,00
22	Biscoito água e sal, 600 gramas	R\$ 0,50
23	Bolacha maisena, 400 gramas	R\$ 0,50
24	Café torrado e moído, 500 gramas	R\$ 1,00
25	Caldo de carne, 57 gramas, 6 cubos	R\$ 0,10
26	Caldo de galinha, 57 gramas, 6 cubos	R\$ 0,10
27	Canela em casca - 500 gramas	R\$ 2,00
28	Canela em pó - 500 gramas	R\$ 2,00
29	Canela em pó - 1 kg	R\$ 2,00
30	Coco ralado - 100 gramas	R\$ 0,10
31	Crema de leite - 200 gramas	R\$ 0,10
32	Extrato tomate - 340 gramas	R\$ 0,10
33	Extrato tomate - 850 gramas	R\$ 1,00
34	Farinha de mandioca tipo 1 - 500 gramas	R\$ 0,10
35	Farinha de mandioca tipo 1 - 1 kg	R\$ 1,00
36	Farinha de trigo - 1 kg	R\$ 0,10
37	Feijão tipo 1 - 1 kg	R\$ 0,10
38	Fermento biológico - 10 gramas	R\$ 0,10
39	Fermento em pó químico -100 gramas	R\$ 0,10
40	Fubá de milho - 500 gramas	R\$ 0,10
41	Gelatina em pó - 20 gramas	R\$ 0,10
42	Iogurte polpa fruta 160 gramas, sabores diversos	R\$ 0,10
43	Leite condensado - 395 gramas	R\$ 0,10
44	Leite de coco 200 ml	R\$ 0,10
45	Leite sem lactose - 1 Lt	R\$ 0,10
46	Macarrão tipo espaguete 500 gramas	R\$ 0,10
47	Macarrão tipo padre nosso 500 gramas	R\$ 0,10
48	Maionese 500 gramas	R\$ 0,10
49	Margarina com sal 500 gramas	R\$ 0,10
50	Margarina com sal 1 kg	R\$ 1,00



51	Milho de canjica amarela 500 gramas	R\$ 0,10
52	Milho de pipoca tipo 1 - 500 gramas	R\$ 0,10
53	Queijo mussarela 1 kg	R\$ 2,00
54	Óleo de soja tipo 1 - 900 ml	R\$ 0,10
55	Ovo tipo grande: 12x1 de granja classe "A"	R\$ 0,50
56	Pimenta do reino moída 100 gramas	R\$ 0,10
57	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 12 kg	R\$ 2,00
58	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 1 kg	R\$ 1,00
59	Queijo ralado tipo minas - 1 kg	R\$ 1,00
60	Queijo fresco tipo minas - 1 kg	R\$ 1,00
61	Sal refinado - 1 kg	R\$ 0,10
62	Tempero pronto completo alho e sal - 1kg	R\$ 0,10
63	Trigo para quibe - 500 gramas	R\$ 0,10
64	Vinagre - 750 ml	R\$ 0,10
65	Biscoito rosquinha de coco 600 gramas	R\$ 0,10
66	Biscoito de maisena sem lactose - 350 gramas	R\$ 0,10
67	Cebola branca fresca - 1 kg	R\$ 1,00
68	Tomate Fresco 1 kg	R\$ 1,00
69	Cenoura 1 kg	R\$ 1,00
70	Repolho branco 1 kg	R\$ 0,10
71	Batata inglesa 1 kg	R\$ 0,10
72	Jiló 1 kg	R\$ 0,10
73	Quiabo 1 kg	R\$ 0,10
74	Abobrinha verde 1 kg	R\$ 0,10
75	Abobora cabotiá 1 kg	R\$ 0,10
76	Batata doce 1 kg	R\$ 0,10
77	Beterraba 1 kg	R\$ 0,10
78	Chuchu 1 kg	R\$ 0,10
79	Pimentão verde 1 kg	R\$ 0,10
80	Vagem 1 kg	R\$ 0,10
81	Água mineral 20 Lt.	R\$ 0,10
82	Água mineral 1,5 Lt.	R\$ 0,10
83	Água mineral 500 ml, fardos com 12 und	R\$ 1,00
84	Linguiça de frango fina - 1 kg	R\$ 1,00
85	Peito de frango - 1 kg	R\$ 1,00
86	Coxa/sobrecoxa - 1 kg	R\$ 0,10
87	Frango - 1 kg	R\$ 0,10
88	Carne bovina 1ª - 1 kg	R\$ 0,50
89	Carne bovina 2ª - 1 kg	R\$ 0,50
90	Carne suína - 1 kg	R\$ 0,50
91	Costela bovina - 1 kg	R\$ 0,50
92	Azeitonas verde sem caroço, 310 gramas	R\$ 0,10
93	Azeitonas verde com caroço, 310 gramas	R\$ 0,10
94	Balas doce pct - 700 gr	R\$ 0,10
95	Bombom de chocolate, 1kg	R\$ 0,50
96	Banana maçã 1 Kg	R\$ 0,50
97	Batata palha 200 gramas	R\$ 0,10
98	Carne de soja - 1 kg	R\$ 0,50
99	Ketchup 200 gramas	R\$ 0,10
100	Farinha de milho - 1 kg	R\$ 0,10
101	Doce tipo: Goiabadas - 1 kg	R\$ 0,10
102	Laranja - 1 kg	R\$ 0,10
103	Linguiça suína - 1 kg	R\$ 0,50
104	Milho verde 170 gramas	R\$ 0,10
105	Mortadela 1 kg	R\$ 0,50
106	Mostarda frasco 200 gramas	R\$ 0,10
107	Sucos, diversos sabores, sachê para 2 Lt	R\$ 0,10
108	Palmito, fraco 500 gramas	R\$ 0,50
109	Pirulito, Frutas, pct 800 gramas	R\$ 0,50
110	Polpa de fruta, diversos sabores - 1 kg	R\$ 0,50



111	Presunto 1 kg	R\$ 0,50
112	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo coca, igual ou superior Coca – Cola, - 2Lt.	R\$ 0,10
113	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo guaraná, - 2Lt.	R\$ 0,10
114	Refrigerante original 1ª qualidade, sabor laranja, igual ou superior Sukita/Fanta - 2Lt.	R\$ 0,10
115	Salsicha - 1 kg	R\$ 0,10
116	Sardinha, lata, 125 gramas	R\$ 0,10
117	Uvas passas - 1 kg	R\$ 1,00
118	Linguiça calabresa - 1 kg	R\$ 1,00
119	Fubá de milho - 1 kg	R\$ 0,10
120	Abacaxi fruta - 1 kg	R\$ 0,10
121	Uvas fruta – 500 gramas	R\$ 0,50
122	Morango - 500 gramas	R\$ 0,50
123	Água sanitária - 2 Lt.	R\$ 0,10
124	Álcool 92% - 1 Lt.	R\$ 0,10
125	Álcool 70% - Lt.	R\$ 0,10
126	Amaciante - 2 Lt.	R\$ 0,10
127	Bandejas de isopor b2, pct com 100	R\$ 0,10
128	Bandejas de isopor b3, pct com 100	R\$ 1,00
129	Caixa isopor 50 litros	R\$ 2,00
130	Caixa isopor 100 litros	R\$ 2,00
131	Caixa isopor 160 litros	R\$ 2,00
132	Cera Líquida Incolor, 750ml	R\$ 0,10
133	Cesto para lixo 10 Lt.	R\$ 0,10
134	Coador de café	R\$ 0,10
135	Colher descartável pct com 50 und	R\$ 0,10
136	Copos descartáveis 200 ml pct com 100 und	R\$ 0,10
137	Copos descartáveis 300 ml pct com 100 und	R\$ 0,10
138	Copos descartáveis 50 ml pct com 100 und	R\$ 0,10
139	Detergente 500 ml	R\$ 0,10
140	Detergente limpa piso 1 Lt	R\$ 0,10
141	Escovas de lavar roupa, madeira e nylon amarelo	R\$ 0,10
142	Escova para vaso sanitário Lavatina com estojo plástico tufada em forma cilíndrica em haste plástica preenchida	R\$ 0,10
143	Esponjas multiuso, dupla face (louças)	R\$ 0,10
144	Flanelas de pano, limpeza, mínimo 30x40cm	R\$ 0,10
145	Esponjas de aço, pct com 8 und	R\$ 0,10
146	Garrafas térmicas 1 Lt.	R\$ 1,00
147	Garrafas térmicas 5 Lt.	R\$ 1,00
148	Gás de Cozinha (GLP), 13 kg	R\$ 2,00
149	Guardanapos, pct com 50 und	R\$ 0,10
150	Isqueiro a gás, 3000 acionamentos, dimensões: 2 cm x 2 cm x 6(C x L x A)	R\$ 0,10
151	Limpa alumínio 500 ml	R\$ 0,10
152	Limpa cerâmica, azulejos e rejuntas 1 lt	R\$ 0,10
153	Limpador em creme 250 ml	R\$ 0,10
154	Limpador de uso geral 500 ml	R\$ 0,10
155	Lustra moveis 200 ml	R\$ 1,00
156	Registro de fogão	R\$ 0,10
157	Sacos lixo, com 20 unid., 15 Lt.	R\$ 0,10
158	Sacos lixo, com 10 unid., 30 Lt.	R\$ 0,10
159	Sacos lixo, com 20 unid., 50 Lt.	R\$ 0,10
160	Sacos lixo, com 10 unid., 100 Lt.	R\$ 0,10
161	Palhas de aço	R\$ 0,10
162	Pano de limpeza para chão	R\$ 0,10
163	Papel higiênico 6x1, pct 8 rolos de 30 mt	R\$ 0,10
164	Papel higiênico 12x1, pct 12 rolos de 30 mt	R\$ 0,50
165	Papel toalha fardo com 12 unidades	R\$ 1,00
166	Pares de luvas látex	R\$ 0,10
167	Pratos descartáveis, pct com 10 und	R\$ 0,10
168	Purificador de ar	R\$ 0,10
169	Pá para lixo	R\$ 0,10



170	Rodo plástico, de silicone, 60 cm	R\$ 0,50
171	Rodo plástico, de silicone 80 cm	R\$ 0,50
172	Sabão em barra, 900gramas	R\$ 0,10
173	Sabão em pó - 1 kg	R\$ 0,10
174	Sabonetes - 85 gramas	R\$ 0,10
175	Sachê desodorizador biodegradável floral, lavanda e etc., para vaso sanitário	R\$ 0,10
176	Toalha de limpeza multiuso, laranja, para moveis, dimensão mínima: 30x40cm	R\$ 0,10
177	Toalha de limpeza para chão, antiderrapante, alta absorção, tecido, mínimo 45x65cm	R\$ 0,10
178	Toalha de rosto, 100% algodão, cores variadas, dimensão mínima de 21x33cm	R\$ 1,00
179	Vassoura de palha	R\$ 0,10
180	Vassoura de pelo	R\$ 0,10
181	Saco para lixo, com 15 unid., 100 lts, médio, reforçado	R\$ 0,10
182	Saco para lixo, com 100 unid., 60 lts, infectante	R\$ 1,00
183	Saco para lixo, com 10 unid., 100 lts reforçado	R\$ 0,10
184	Papel Institucional 8x1	R\$ 1,00
185	Papel Interfolhas 5 x1	R\$ 0,10

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.9.1. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.

7.9.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9.3. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo(a) Pregoeiro(a), sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 15 deste Edital.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

MODOS DE DISPUTA:

1 MODO DE DISPUTA ABERTO

I. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

a. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b. Na hipótese de não haver novos lances a fase de lances será encerrada automaticamente.



c. Encerrada a fase de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados/excluídos pelo pregoeiro.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no (LICITANET), (<https://portal.licitanet.com.br/login>), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento no item 7.22 ou do 7.23, quando não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.20. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 2) empresas brasileiras;
- 3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



8.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (DEZ) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. O licitante vencedor deverá estar com os documentos de habilitação previamente cadastrados/anexados no sistema, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.3.1. Possuir Cadastro no (LICITANET);

9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.3.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.3.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.3.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do (LICITANET), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.4.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do (LICITANET), para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



9.8.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

9.9.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada pelo Pregoeiro. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

9.9.1.1. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

9.9.1.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.1.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.9.1.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.1.5. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto ao Estado em que o licitante é domiciliado.



9.9.1.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

9.10. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

9.10.1. **Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (**Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário**).

9.11. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

9.11.1. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13. **OUTRAS COMPROVAÇÕES.**

9.13.1 **Declaração** de ME/EPP caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo II;

9.13.2 **Declaração** de Pleno Atendimento, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III;

9.13.3 **Declaração** de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV;

9.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. Enviar a proposta final (proposta realinhada) por meio do sistema eletrônico, no prazo de até 02 (duas) horas.

10.2. Os descontos ofertados nos lances verbais deverão ser lineares - relação a proposta original - a todos os itens do lote, sendo passível a variável de até 0,5 % (meio por cento) entre os valores dos itens para adequação das propostas.

10.3. No mesmo prazo do item 10.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no (LICITANET), sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido



o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

11.1.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no (LICITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.



15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

15.10. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 15.8.

15.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

17.4.1. O prazo de entrega dos bens é aquele previsto no Termo de Referência, contados do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, emitida pelo Gestor do processo.

17.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

17.4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. São obrigações da Contratante:

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

18.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2 São obrigações da contratada:

18.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

18.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.2.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19. DO PAGAMENTO



- 19.1. O pagamento será realizado no prazo no prazo previsto no termo de referência, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.



19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;



III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2.1. A sanção prevista no inciso I deste será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 20.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor, tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento.

20.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

20.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1.

20.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1.

20.2.8. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o a Gestora do processo, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.2.9. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

20.2.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.

20.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.13. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021.



21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer pessoa poderá para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://portal.licitanet.com.br/login>.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada na plataforma (LICITANET) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente no (LICITANET), conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

22.3. Todas as comunicações serão formalizadas através do (LICITANET).

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,



mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.8. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

22.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.13. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.13.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. A Autoridade Superior Gestora do processo poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.15.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.15.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.16. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de



informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.16.1. Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão n. 1211/2021-Plenário, não é considerado documento novo, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

22.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br/login>, e também poderão retirar na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PATRÍCIO, sito a Rua Maria Tavares de Andrade, Setor Bouganville, São Patrício-GO, nos dias úteis, no horário das 07:00 min às 11:00 min e das 13:00 min às 17:00 min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III - Modelo Declaração Microempresa;

ANEXO IV – Declaração de Pleno Atendimento;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO VI – Minuta Contratual e da ARP;

ANEXO VII – Modelo Proposta de Preços;

ANEXO VIII - Dados comerciais para elaboração de contrato da vencedora do pregão;

ANEXO IX - Formulário De Solicitação De Informações.

São Patrício, 13 de março de 2024.

SEMER AUGUSTO ALVES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 121/2023



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

Processo nº 942/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

Registro de Preço visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 - A necessidade premente de realizar a aquisição de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) envazado em botijões de 13Kg, material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-Go é fundamentada em diversos aspectos essenciais para o funcionamento eficaz dessas instâncias governamentais e o atendimento eficiente às demandas da comunidade.

A aquisição de gêneros alimentícios é vital para garantir a disponibilidade de alimentos frescos e variados, atendendo às necessidades nutricionais dos colaboradores e contribuindo para um ambiente de trabalho saudável. Além disso, a inclusão de GLP em botijões de 13Kg assegura o fornecimento contínuo de energia, imprescindível para o funcionamento de equipamentos e processos que sustentam as atividades cotidianas das Secretarias.

A obtenção de material de consumo, produtos de higiene/limpeza e utensílios para copa e cozinha está alinhada à manutenção de ambientes limpos, organizados e propícios ao desempenho eficiente das tarefas diárias. Esses insumos não apenas contribuem para a higiene e segurança dos espaços de trabalho, mas também promovem um ambiente acolhedor e propício à produtividade.



Portanto, a aquisição desses insumos é essencial para criar um ambiente de trabalho funcional, seguro e propício ao desempenho eficaz das atividades das Secretarias, consolidando a capacidade da Prefeitura Municipal de São Patrício-Go em atender às necessidades da comunidade de maneira eficiente e comprometida.

3. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome	Função	Lotação
Rúbia Aparecida Pereira do Carmo	Secretária Municipal de Administração	Secretária Municipal de Administração
Wendel Antônio Ferreira	Secretário Municipal de Governo	Secretaria Municipal de Governo

4. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS OU A AQUISIÇÃO A SEREM CONTRATADOS, DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:

Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos municipais.

5. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO

No atual cenário, o município apresenta a ausência de contratação, bem como, Ata de Registro de Preços vigente e relação a gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para atender as demandas das Secretarias Municipais.

A Ata de Registro de Preços nº 10/2023, oriunda do Pregão Presencial – SRP – 08/2023, processo administrativo 550/2023, encerrou sua vigência em 09/03/2024. Assim, inexistente Ata de Registro de Preços vigente para os materiais em questão, o que agrava a situação, dificultando a aquisição direta desses insumos de maneira econômica e eficiente. A falta desse instrumento contratual prévio limita as opções do município para adquirir os materiais com as melhores condições comerciais, o que ressalta a urgência de uma contratação específica para suprir essa carência.

Portanto faz-se necessário o Registro de Preço para futura e eventual aquisição dos gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, conforme especificados no Termo de Referência.



6. ALINHAMENTO AO PLANO INSTITUCIONAL

Tendo em vista que a implantação da nova lei de licitações ocorre no exercício de 2023 e ainda considerando que o plano a ser elaborado vigorará a partir do ano de 2024, justificamos a ausência do objeto no PCA.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Requisitos de Habilitação: tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, esta Secretaria **entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis**, conforme decisões abaixo:

- a) No presente caso, a modalidade de licitação sugerida é o Pregão em sua forma eletrônica;
- b) As exigências de habilitação devem seguir o disposto na Lei nº 14.133/21, ou seja, os requisitos devem obedecer, exclusivamente, ao disposto no art. 62 e seguintes da Lei de Licitações. De acordo com Marçal Justen Filho [Pregão: (Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico). 3a Edição ver. e atual. De acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 - São Paulo: Dialética, 2004. Págs. 35, 74 e 91-95.], o pregão, por tratar-se de aquisições de bens e serviços comuns, pressupõe uma necessária simplificação decorrente da ausência de especificidade do objeto licitado, devendo, como regra, ser desnecessária a qualificação técnica para aquisição desses bens e serviços. Neste sentido, o autor lembra que “restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns. Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendências padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis.” (Acórdão TCU nº 1729/2008 – Plenário). É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).



7.2. Requisitos Obrigacionais

7.2.1. Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do edital e da proposta.

7.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.2.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 01 (um) dia os materiais fora das especificações e/ou condições de utilização.

7.2.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.

7.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o horário previsto para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.2.6. Substituir os materiais, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis, quando este for recusado pelo responsável pelo recebimento, por ter sido entregue em desacordo com as especificações do Termo de Referência autorizado, ou que apresente vícios de qualidade, quantidade inferior, validade ou má aceitação.

7.2.7. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato.

7.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.2.10. Arcar com quaisquer benefícios aos seus empregados, mantendo-os identificados e uniformizados quando da execução do fornecimento, substituindo



imediatamente aquele que for considerado inconveniente à boa ordem e normas do Órgão, justificadamente.

7.2.11. Cumprir rigorosamente as leis, instruções, normas e demais legislações sanitárias federais e estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os a qualidade dos materiais, segundo a legislação vigente.

7.2.12. Apresentar juntamente à fatura os documentos que comprovem a situação de habilitação.

8. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

O quantitativo estimado da contratação para atendimento das necessidades está demonstrado na tabela abaixo:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	500	Banana da terra kg	KG
2	700	Chuchu kg	KG
3	200	Coloral kg	KG
4	200	File de peixe sem espinha 800gr (Tilápia)	KG
5	400	Leite de coco 500 ml	UND
6	500	Barra gelo granulado 5 kg	UND
7	500	Barra gelo granulado 10 kg	UND
8	1000	Mandioca kg	KG
9	1000	Guariroba em casca	UND
10	100	Açafrão em pó, 50 gramas	UND
11	100	Achocolatado em pó instantâneo, 370 gramas	PCT
12	100	Achocolatado em pó instantâneo, 750gramas	PCT
13	100	Achocolatado em pó instantâneo, 1.800 kg	PCT
14	2000	Açúcar cristal, cor clara, 2kg	PCT
15	150	Açúcar de confeitador 1kg	PCT
16	100	Adoçante dietético líquido, 100 ml	UND
17	200	Alho 400 gramas	PCT
18	200	Amendoim tipo 1 - 500 gramas	PCT
19	500	Amido de milho, 500 gramas	UND
20	400	Apresuntado, 1 kg	KG
21	3000	Arroz tipo 1 - 5 kg	PCT
22	700	Biscoito água e sal, 600 gramas	PCT
23	700	Bolacha maisena, 400 gramas	PCT
24	1500	Café torrado e moído, 500 gramas	PCT
25	400	Caldo de carne, 57 gramas, 6 cubos	UND
26	600	Caldo de galinha, 57 gramas, 6 cubos	UND



27	250	Canela em casca - 500 gramas	PCT
28	100	Canela em pó - 500 gramas	PCT
29	100	Canela em pó - 1 kg	PCT
30	400	Coco ralado - 100 gramas	PCT
31	400	Creme de leite - 200 gramas	UND
32	400	Extrato tomate – 340 gramas	UND
33	400	Extrato tomate - 850 gramas	UND
34	400	Farinha de mandioca tipo 1 - 500 gramas	PCT
35	400	Farinha de mandioca tipo 1 - 1 kg	PCT
36	800	Farinha de trigo - 1 kg	PCT
37	2000	Feijão tipo 1 - 1 kg	PCT
38	300	Fermento biológico – 10 gramas	UND
39	300	Fermento em pó químico -100 gramas	UND
40	500	Fubá de milho - 500 gramas	PCT
41	500	Gelatina em pó - 20 gramas	UND
42	350	Iogurte polpa fruta 160 gramas, sabores diversos	UND
43	300	Leite condensado - 395 gramas	UND
44	300	Leite de coco 200 ml	UND
45	150	Leite sem lactose – 1 Lt	UND
46	1300	Macarrão tipo espaguete 500 gramas	PCT
47	1000	Macarrão tipo padre nosso 500 gramas	PCT
48	300	Maionese 500 gramas	UND
49	300	Margarina com sal 500 gramas	UND
50	300	Margarina com sal 1 kg	UND
51	400	Milho de canjica amarela 500 gramas	PCT
52	500	Milho de pipoca tipo 1 - 500 gramas	PCT
53	300	Queijo mussarela 1 kg	KG
54	2000	Óleo de soja tipo 1 - 900 ml	UND
55	700	Ovo tipo grande: 12x1 de granja classe “A”	DUZIA
56	300	Pimenta do reino moída 100 gramas	PCT
57	150	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 12 kg	PCT
58	500	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 1 kg	PCT
59	300	Queijo ralado tipo minas - 1 kg	KG
60	300	Queijo fresco tipo minas - 1 kg	KG
61	800	Sal refinado - 1 kg	PCT
62	150	Tempero pronto completo alho e sal - 1kg	UND
63	150	Trigo para quibe - 500 gramas	PCT
64	200	Vinagre - 750 ml	UND
65	300	Biscoito rosquinha de coco 600 gramas	PCT
66	100	Biscoito de maisena sem lactose - 350 gramas	PCT
67	450	Cebola branca fresca - 1 kg	KG
68	500	Tomate Fresco 1 kg	KG



69	400	Cenoura 1 kg	KG
70	350	Repolho branco 1 kg	KG
71	800	Batata inglesa 1 kg	KG
72	150	Jiló 1 kg	KG
73	200	Quiabo 1 kg	KG
74	200	Abobrinha verde 1 kg	KG
75	250	Abobora cabotiá 1 kg	KG
76	200	Batata doce 1 kg	KG
77	200	Beterraba 1 kg	KG
78	200	Chuchu 1 kg	KG
79	200	Pimentão verde 1 kg	KG
80	200	Vagem 1 kg	KG
81	200	Agua mineral 20 Lt.	UND
82	500	Agua mineral 1,5 Lt.	UND
83	2000	Agua mineral 500 ml, fardos com 12 und	CX
84	500	Linguiça de frango fina - 1 kg	KG
85	2000	Peito de frango - 1 kg	KG
86	1000	Coxa/sobrecoxa - 1 kg	KG
87	2000	Frango - 1 kg	KG
88	2000	Carne bovina 1ª - 1 kg	KG
89	2000	Carne bovina 2ª - 1 kg	KG
90	1000	Carne suína - 1 kg	KG
91	300	Costela bovina - 1 kg	KG
92	200	Azeitonas verde sem caroço, 310 gramas	UND
93	200	Azeitonas verde com caroço, 310 gramas	UND
94	200	Balas doce pct - 700 gr	PCT
95	200	Bombom de chocolate, 1kg	PCT
96	200	Banana maça 1 Kg	KG
97	200	Batata palha 200 gramas	PCT
98	150	Carne de soja - 1 kg	KG
99	200	Ketchup 200 gramas	UND
100	300	Farinha de milho – 1 kg	KG
101	600	Doce tipo: Goiabadas - 1 kg	UND
102	300	Laranja - 1 kg	KG
103	500	Linguiça suína - 1 kg	KG
104	600	Milho verde 170 gramas	UND
105	200	Mortadela 1 kg	KG
106	100	Mostarda frasco 200 gramas	UND
107	4000	Sucos, diversos sabores, sachê para 2 Lt	PCT
108	200	Palmito, fraco 500 gramas	UND
109	200	Pirulito, Frutas, pct 800 gramas	PCT
110	300	Polpa de fruta, diversos sabores - 1 kg	UND



111	300	Presunto 1 kg	KG
112	4000	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo coca, igual ou superior Coca – Cola, - 2Lt.	UND
113	3000	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo guaraná, - 2Lt.	UND
114	2000	Refrigerante original 1ª qualidade, sabor laranja, igual ou superior Sukita/Fanta - 2Lt.	UND
115	700	Salsicha - 1 kg	KG
116	200	Sardinha, lata, 125 gramas	UND
117	150	Uvas passas - 1 kg	PCT
118	250	Linguiça calabresa - 1 kg	KG
119	600	Fubá de milho - 1 kg	PCT
120	350	Abacaxi fruta - 1 kg	KG
121	150	Uvas fruta – 500 gramas	KG
122	150	Morango - 500 gramas	KG
123	2500	Água sanitária - 2 Lt.	UND
124	1000	Álcool 92% - 1 Lt.	UND
125	1000	Álcool 70% - Lt.	UND
126	400	Amaciante - 2 Lt.	UND
127	600	Bandejas de isopor b2, pct com 100	PCT
128	600	Bandejas de isopor b3, pct com 100	PCT
129	50	Caixa isopor 50 litros	UND
130	50	Caixa isopor 100 litros	UND
131	50	Caixa isopor 160 litros	UND
132	1.300	Cera Líquida Incolor, 750ml	UND
133	100	Cesto para lixo 10 Lt.	UND
134	150	Coador de café	PCT
135	1000	Colher descartável pct com 50 und	PCT
136	5000	Copos descartáveis 200 ml pct com 100 und	PCT
137	3000	Copos descartáveis 300 ml pct com 100 und	PCT
138	2000	Copos descartáveis 50 ml pct com 100 und	PCT
139	6000	Detergente 500 ml	UND
140	700	Detergente limpa piso 1 Lt	UND
141	200	Escovas de lavar roupa, madeira e nylon amarelo	UND
142	200	Escova para vaso sanitário Lavatina com estojo plástico tufada em forma cilíndrica em haste plástica preenchida	UND
143	800	Esponjas multiuso, dupla face (louças)	UND
144	350	Flanelas de pano, limpeza, mínimo 30x40cm	UND
145	1500	Esponjas de aço, pct com 8 und	PCT
146	70	Garrafas térmicas 1 Lt.	UND
147	70	Garrafas térmicas 5 Lt.	UND
148	200	Gás de Cozinha (GLP), 13 kg	UND
149	1500	Guardanapos, pct com 50 und	PCT
150	70	Isqueiro a gás, 3000 acionamentos, dimensões: 2 cm x 2 cm x 6(C x L x A)	UND



151	1200	Limpa alumínio 500 ml	UND
152	800	Limpa cerâmica, azulejos e rejuntas 1 lt	UND
153	120	Limpador em creme 250 ml	UND
154	1200	Limpador de uso geral 500 ml	UND
155	150	Lustra moveis 200 ml	UND
156	50	Registro de fogão	UND
157	1500	Sacos lixo, com 20 unid., 15 Lt.	PCT
158	2200	Sacos lixo, com 10 unid., 30 Lt.	PCT
159	2500	Sacos lixo, com 20 unid., 50 Lt.	PCT
160	3000	Sacos lixo, com 10 unid., 100 Lt.	PCT
161	700	Palhas de aço	PCT
162	600	Pano de limpeza para chão	UND
163	700	Papel higiênico 6x1, pct 8 rolos de 30 mt	PCT
164	700	Papel higiênico 12x1, pct 12 rolos de 30 mt	PCT
165	400	Papel toalha fardo com 12 unidades	PCT
166	400	Pares de luvas látex	PCT
167	3000	Pratos descartáveis, pct com 10 und	PCT
168	800	Purificador de ar	UND
169	120	Pá para lixo	UND
170	200	Rodo plástico, de silicone, 60 cm	UND
171	100	Rodo plástico, de silicone 80 cm	UND
172	1000	Sabão em barra, 900gramas	UND
173	1000	Sabão em pó - 1 kg	UND
174	700	Sabonetes - 85 gramas	UND
175	400	Sachê desodorizador biodegradável floral, lavanda e etc., para vaso sanitário	UND
176	300	Toalha de limpeza multiuso, laranja, para moveis, dimensão mínima: 30x40cm	UND
177	300	Toalha de limpeza para chão, antiderrapante, alta absorção, tecido, mínimo 45x65cm	UND
178	150	Toalha de rosto, 100% algodão, cores variadas, dimensão mínima de 21x33cm	UND
179	1000	Vassoura de palha	UND
180	200	Vassoura de pelo	UND
181	50	Saco para lixo, com 15 unid., 100 lts, médio, reforçado	PCT
182	100	Saco para lixo, com 100 unid., 60 lts, infectante	PCT
183	200	Saco para lixo, com 10 unid., 100 lts reforçado	PCT
184	300	Papel Institucional 8x1	UN
185	300	Papel Interfolhas 5 x1	UN

8.1. Da metodologia aplicada às quantidades estimadas

A metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi a realização da média aritmética simples dos consumos das contratações de anos anteriores.



9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços será realizada pelo departamento competente nos termos de regulamento municipal.

9.1. Mapa de Preços

Mapa de preços constante do levantamento encontra-se em anexo devidamente levantado pelo departamento competente.

9.2. Valor estimado da contratação

9.2.1. O valor total estimado da despesa encontra-se anexo ao processo.

9.3. Metodologia aplicada à pesquisa de preços

De acordo com os regulamentos municipais editados, as quais dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a pesquisa de preços:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <https://www.bancodeprecos.com.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.



§ 2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexecutáveis e os excessivamente elevados.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Formação de registro de preços visando à futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO.

Entregar o objeto, pelo fornecedor registrado, no prazo e local indicados pela Administração, a contar do recebimento da requisição, que será assinada pelo fiscal designado.

Fornecimento conforme especificado no Termo de Referência.

Fornecimento pelo período de 12 (doze) meses.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Tendo em vista que a pretensa contratação trata de atendimento ao Município de São Patrício - GO, e este já foi atendido em outras oportunidades por uma única empresa, a opção pelo parcelamento do objeto não se faz necessária, nem pode ser justificada.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como nos registros dos contratos anteriores, e considerando que a contratação de empresa visando a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e



cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO, considera-se viável a realização de nova contratação.

Rúbia Aparecida Pereira do Carmo

Secretária Municipal de Administração

Wendel Antônio Ferreira

Secretário Municipal de Governo

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023



Processo nº 942/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1.) DA NATUREZA DO OBJETO, PRAZOS E QUANTITATIVOS:

1.1. Registro de Preço visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO.

1.2. São estimados para a presente contratação a quantidade abaixo descrita:

ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
GRUPO 01 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS					
1	500	Banana da terra kg	KG	R\$12,90	R\$6.450,00
2	700	Chuchu kg	KG	R\$8,03	R\$5.621,00
3	200	Coloral kg	KG	R\$26,00	R\$5.200,00
4	200	File de peixe sem espinha 800gr (Tilápia)	KG	R\$49,25	R\$9.850,00
5	400	Leite de coco 500 ml	UND	R\$4,62	R\$1.848,00
6	500	Barra gelo granulado 5 kg	UND	R\$9,43	R\$4.715,00
7	500	Barra gelo granulado 10 kg	UND	R\$10,66	R\$5.330,00
8	1000	Mandioca kg	KG	R\$5,34	R\$5.340,00
9	1000	Guariroba em casca	UND	R\$24,25	R\$24.250,00
10	100	Açafrão em pó, 50 gramas	UND	R\$8,70	R\$870,00
11	100	Achocolatado em pó instantâneo, 370 gramas	PCT	R\$9,48	R\$948,00
12	100	Achocolatado em pó instantâneo, 750gramas	PCT	R\$13,05	R\$1.305,00
13	100	Achocolatado em pó instantâneo, 1.800 kg	PCT	R\$33,78	R\$3.378,00
14	2000	Açúcar cristal, cor clara, 2kg	PCT	R\$10,13	R\$20.260,00
15	150	Açúcar de confeitador 1kg	PCT	R\$8,22	R\$1.233,00
16	100	Adoçante dietético líquido, 100 ml	UND	R\$4,28	R\$428,00
17	200	Alho 400 gramas	PCT	R\$9,40	R\$1.880,00
18	200	Amendoim tipo 1 - 500 gramas	PCT	R\$10,30	R\$2.060,00



19	500	Amido de milho, 500 gramas	UND	R\$4,85	R\$2.425,00
20	400	Apresentado, 1 kg	KG	R\$24,92	R\$9.968,00
21	3000	Arroz tipo 1 - 5 kg	PCT	R\$28,66	R\$85.980,00
22	700	Biscoito água e sal, 600 gramas	PCT	R\$10,24	R\$7.168,00
23	700	Bolacha maisena, 400 gramas	PCT	R\$10,50	R\$7.350,00
24	1500	Café torrado e moído, 500 gramas	PCT	R\$20,73	R\$31.095,00
25	400	Caldo de carne, 57 gramas, 6 cubos	UND	R\$2,67	R\$1.068,00
26	600	Caldo de galinha, 57 gramas, 6 cubos	UND	R\$2,82	R\$1.692,00
27	250	Canela em casca - 500 gramas	PCT	R\$72,25	R\$18.062,50
28	100	Canela em pó - 500 gramas	PCT	R\$70,99	R\$7.099,00
29	100	Canela em pó - 1 kg	PCT	R\$140,89	R\$14.089,00
30	400	Coco ralado - 100 gramas	PCT	R\$3,53	R\$1.412,00
31	400	Crema de leite - 200 gramas	UND	R\$4,28	R\$1.712,00
32	400	Extrato tomate – 340 gramas	UND	R\$6,40	R\$2.560,00
33	400	Extrato tomate - 850 gramas	UND	R\$11,81	R\$4.724,00
34	400	Farinha de mandioca tipo 1 - 500 gramas	PCT	R\$6,98	R\$2.792,00
35	400	Farinha de mandioca tipo 1 - 1 kg	PCT	R\$11,01	R\$4.404,00
36	800	Farinha de trigo - 1 kg	PCT	R\$4,66	R\$3.728,00
37	2000	Feijão tipo 1 - 1 kg	PCT	R\$7,12	R\$14.240,00
38	300	Fermento biológico – 10 gramas	UND	R\$2,82	R\$846,00
39	300	Fermento em pó químico -100 gramas	UND	R\$4,08	R\$1.224,00
40	500	Fubá de milho - 500 gramas	PCT	R\$3,94	R\$1.970,00
41	500	Gelatina em pó - 20 gramas	UND	R\$1,80	R\$900,00
42	350	Iogurte polpa fruta 160 gramas, sabores diversos	UND	R\$3,56	R\$1.246,00
43	300	Leite condensado - 395 gramas	UND	R\$6,55	R\$1.965,00
44	300	Leite de coco 200 ml	UND	R\$2,88	R\$864,00
45	150	Leite sem lactose – 1 Lt	UND	R\$6,35	R\$952,50
46	1300	Macarrão tipo espaguete 500 gramas	PCT	R\$4,23	R\$5.499,00
47	1000	Macarrão tipo padre nosso 500 gramas	PCT	R\$3,94	R\$3.940,00
48	300	Maionese 500 gramas	UND	R\$6,78	R\$2.034,00
49	300	Margarina com sal 500 gramas	UND	R\$6,58	R\$1.974,00
50	300	Margarina com sal 1 kg	UND	R\$17,09	R\$5.127,00
51	400	Milho de canjica amarela 500 gramas	PCT	R\$3,64	R\$1.456,00
52	500	Milho de pipoca tipo 1 - 500	PCT	R\$5,33	R\$2.665,00



		gramas			
53	300	Queijo mussarela 1 kg	KG	R\$32,32	R\$9.696,00
54	2000	Óleo de soja tipo 1 - 900 ml	UND	R\$5,87	R\$11.740,00
55	700	Ovo tipo grande: 12x1 de granja classe "A"	DUZIA	R\$10,78	R\$7.546,00
56	300	Pimenta do reino moída 100 gramas	PCT	R\$6,31	R\$1.893,00
57	150	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 12 kg	PCT	R\$139,65	R\$20.947,50
58	500	Polvilho doce tipo 1 - embalagem 1 kg	PCT	R\$13,76	R\$6.880,00
59	300	Queijo ralado tipo minas - 1 kg	KG	R\$41,16	R\$12.348,00
60	300	Queijo fresco tipo minas - 1 kg	KG	R\$29,48	R\$8.844,00
61	800	Sal refinado - 1 kg	PCT	R\$2,20	R\$1.760,00
62	150	Tempero pronto completo alho e sal - 1kg	UND	R\$5,09	R\$763,50
63	150	Trigo para quibe - 500 gramas	PCT	R\$6,07	R\$910,50
64	200	Vinagre - 750 ml	UND	R\$6,49	R\$1.298,00
65	300	Biscoito rosquinha de coco 600 gramas	PCT	R\$7,50	R\$2.250,00
66	100	Biscoito de maisena sem lactose - 350 gramas	PCT	R\$9,54	R\$954,00
67	450	Cebola branca fresca - 1 kg	KG	R\$12,06	R\$5.427,00
68	500	Tomate Fresco 1 kg	KG	R\$11,85	R\$5.925,00
69	400	Cenoura 1 kg	KG	R\$12,43	R\$4.972,00
70	350	Repolho branco 1 kg	KG	R\$6,05	R\$2.117,50
71	800	Batata inglesa 1 kg	KG	R\$8,97	R\$7.176,00
72	150	Jiló 1 kg	KG	R\$8,68	R\$1.302,00
73	200	Quiabo 1 kg	KG	R\$9,74	R\$1.948,00
74	200	Abobrinha verde 1 kg	KG	R\$7,07	R\$1.414,00
75	250	Abobora cabotiá 1 kg	KG	R\$7,17	R\$1.792,50
76	200	Batata doce 1 kg	KG	R\$7,60	R\$1.520,00
77	200	Beterraba 1 kg	KG	R\$9,72	R\$1.944,00
78	200	Chuchu 1 kg	KG	R\$7,17	R\$1.434,00
79	200	Pimentão verde 1 kg	KG	R\$9,39	R\$1.878,00
80	200	Vagem 1 kg	KG	R\$9,74	R\$1.948,00
81	200	Água mineral 20 Lt.	UND	R\$9,76	R\$1.952,00
82	500	Água mineral 1,5 Lt.	UND	R\$2,63	R\$1.315,00
83	2000	Água mineral 500 ml, fardos com 12 und	CX	R\$16,66	R\$33.320,00
84	500	Linguiça de frango fina - 1 kg	KG	R\$20,10	R\$10.050,00
85	2000	Peito de frango - 1 kg	KG	R\$15,09	R\$30.180,00
86	1000	Coxa/sobrecoxa - 1 kg	KG	R\$8,73	R\$8.730,00
87	2000	Frango - 1 kg	KG	R\$10,43	R\$20.860,00
88	2000	Carne bovina 1ª - 1 kg	KG	R\$35,28	R\$70.560,00



89	2000	Carne bovina 2ª - 1 kg	KG	R\$30,52	R\$61.040,00
90	1000	Carne suína - 1 kg	KG	R\$22,93	R\$22.930,00
91	300	Costela bovina - 1 kg	KG	R\$15,13	R\$4.539,00
92	200	Azeitonas verde sem caroço, 310 gramas	UND	R\$6,31	R\$1.262,00
93	200	Azeitonas verde com caroço, 310 gramas	UND	R\$4,97	R\$994,00
94	200	Balas doce pct - 700 gr	PCT	R\$8,81	R\$1.762,00
95	200	Bombom de chocolate, 1kg	PCT	R\$22,34	R\$4.468,00
96	200	Banana maçã 1 Kg	KG	R\$13,90	R\$2.780,00
97	200	Batata palha 200 gramas	PCT	R\$8,68	R\$1.736,00
98	150	Carne de soja - 1 kg	KG	R\$12,51	R\$1.876,50
99	200	Ketchup 200 gramas	UND	R\$8,58	R\$1.716,00
100	300	Farinha de milho – 1 kg	KG	R\$11,13	R\$3.339,00
101	600	Doce tipo: Goiabadas - 1 kg	UND	R\$11,10	R\$6.660,00
102	300	Laranja - 1 kg	KG	R\$7,28	R\$2.184,00
103	500	Linguiça suína - 1 kg	KG	R\$19,55	R\$9.775,00
104	600	Milho verde 170 gramas	UND	R\$2,58	R\$1.548,00
105	200	Mortadela 1 kg	KG	R\$15,15	R\$3.030,00
106	100	Mostarda frasco 200 gramas	UND	R\$7,13	R\$713,00
107	4000	Sucos, diversos sabores, sachê para 2 Lt	PCT	R\$3,47	R\$13.880,00
108	200	Palmito, fraco 500 gramas	UND	R\$14,45	R\$2.890,00
109	200	Pirulito, Frutas, pct 800 gramas	PCT	R\$17,29	R\$3.458,00
110	300	Polpa de fruta, diversos sabores - 1 kg	UND	R\$15,60	R\$4.680,00
111	300	Presunto 1 kg	KG	R\$24,37	R\$7.311,00
112	4000	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo coca, igual ou superior Coca – Cola, - 2Lt.	UND	R\$9,50	R\$38.000,00
113	3000	Refrigerante original 1ª qualidade, tipo guaraná, - 2Lt.	UND	R\$5,23	R\$15.690,00
114	2000	Refrigerante original 1ª qualidade, sabor laranja, igual ou superior Sukita/Fanta - 2Lt.	UND	R\$5,96	R\$11.920,00
115	700	Salsicha - 1 kg	KG	R\$9,70	R\$6.790,00
116	200	Sardinha, lata, 125 gramas	UND	R\$6,49	R\$1.298,00
117	150	Uvas passas - 1 kg	PCT	R\$36,73	R\$5.509,50
118	250	Linguiça calabresa - 1 kg	KG	R\$28,57	R\$7.142,50
119	600	Fubá de milho - 1 kg	PCT	R\$2,99	R\$1.794,00
120	350	Abacaxi fruta - 1 kg	KG	R\$8,72	R\$3.052,00
121	150	Uvas fruta – 500 gramas	KG	R\$16,94	R\$2.541,00
122	150	Morango - 500 gramas	KG	R\$13,96	R\$2.094,00

GRUPO 02 – MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA E COZINHA



123	2500	Água sanitária - 2 Lt.	UND	R\$8,88	R\$22.200,00
124	1000	Álcool 92% - 1 Lt.	UND	R\$10,11	R\$10.110,00
125	1000	Álcool 70% - Lt.	UND	R\$5,70	R\$5.700,00
126	400	Amaciante - 2 Lt.	UND	R\$6,11	R\$2.444,00
127	600	Bandejas de isopor b2, pct com 100	PCT	R\$13,16	R\$7.896,00
128	600	Bandejas de isopor b3, pct com 100	PCT	R\$22,06	R\$13.236,00
129	50	Caixa isopor 50 litros	UND	R\$123,03	R\$6.151,00
130	50	Caixa isopor 100 litros	UND	R\$186,50	R\$9.325,00
131	50	Caixa isopor 160 litros	UND	R\$219,44	R\$10.972,00
132	1.300	Cera Líquida Incolor, 750ml	UND	R\$4,67	R\$6.071,00
133	100	Cesto para lixo 10 Lt.	UND	R\$18,17	R\$1.817,00
134	150	Coador de café	PCT	R\$3,68	R\$552,00
135	1000	Colher descartável pct com 50 und	PCT	R\$4,40	R\$4.400,00
136	5000	Copos descartáveis 200 ml pct com 100 und	PCT	R\$5,52	R\$27.600,00
137	3000	Copos descartáveis 300 ml pct com 100 und	PCT	R\$9,42	R\$28.260,00
138	2000	Copos descartáveis 50 ml pct com 100 und	PCT	R\$3,93	R\$7.860,00
139	6000	Detergente 500 ml	UND	R\$1,88	R\$11.280,00
140	700	Detergente limpa piso 1 Lt	UND	R\$7,40	R\$5.180,00
141	200	Escovas de lavar roupa, madeira e nylon amarelo	UND	R\$2,84	R\$568,00
142	200	Escova para vaso sanitário Lavatina com estojo plástico tufada em forma cilíndrica em haste plástica preenchida	UND	R\$6,86	R\$1.372,00
143	800	Esponjas multiuso, dupla face (louças)	UND	R\$1,11	R\$888,00
144	350	Flanelas de pano, limpeza, mínimo 30x40cm	UND	R\$4,85	R\$1.697,50
145	1500	Esponjas de aço, pct com 8 und	PCT	R\$2,81	R\$4.215,00
146	70	Garrafas térmicas 1 Lt.	UND	R\$30,30	R\$2.121,00
147	70	Garrafas térmicas 5 Lt.	UND	R\$31,18	R\$2.182,60
148	200	Gás de Cozinha (GLP), 13 kg	UND	R\$136,31	R\$27.262,00
149	1500	Guardanapos, pct com 50 und	PCT	R\$3,86	R\$5.790,00
150	70	Isqueiro a gás, 3000 acionamentos, dimensões: 2 cm x 2 cm x 6(C x L x A)	UND	R\$4,77	R\$333,90
151	1200	Limpa alumínio 500 ml	UND	R\$2,78	R\$3.336,00
152	800	Limpa cerâmica, azulejos e rejuntas 1 lt	UND	R\$9,39	R\$7.512,00
153	120	Limpador em creme 250 ml	UND	R\$10,74	R\$1.288,80
154	1200	Limpador de uso geral 500 ml	UND	R\$6,12	R\$7.344,00
155	150	Lustra moveis 200 ml	UND	R\$14,26	R\$2.139,00



156	50	Registro de fogão	UND	R\$ 35,04	R\$ 1.752,00
157	1500	Sacos lixo, com 20 unid., 15 Lt.	PCT	R\$2,53	3.795,00
158	2200	Sacos lixo, com 10 unid., 30 Lt.	PCT	3,30	7.260,00
159	2500	Sacos lixo, com 20 unid., 50 Lt.	PCT	4,03	10.075,00
160	3000	Sacos lixo, com 10 unid., 100 Lt.	PCT	4,79	14.370,00
161	700	Palhas de aço	PCT	R\$1,76	R\$1.232,00
162	600	Pano de limpeza para chão	UND	R\$10,80	R\$6.480,00
163	700	Papel higiênico 6x1, pct 8 rolos de 30 mt	PCT	R\$11,30	R\$7.910,00
164	700	Papel higiênico 12x1, pct 12 rolos de 30 mt	PCT	R\$16,33	R\$11.431,00
165	400	Papel toalha fardo com 12 unidades	PCT	R\$72,13	R\$28.852,00
166	400	Pares de luvas látex	PCT	R\$16,93	R\$6.772,00
167	3000	Pratos descartáveis, pct com 10 und	PCT	R\$4,60	R\$13.800,00
168	800	Purificador de ar	UND	R\$14,02	R\$11.216,00
169	120	Pá para lixo	UND	R\$6,43	R\$771,60
170	200	Rodo plástico, de silicone, 60 cm	UND	R\$19,15	R\$3.830,00
171	100	Rodo plástico, de silicone 80 cm	UND	R\$21,25	R\$2.125,00
172	1000	Sabão em barra, 900gramas	UND	R\$13,20	R\$13.200,00
173	1000	Sabão em pó - 1 kg	UND	R\$4,72	R\$4.720,00
174	700	Sabonetes - 85 gramas	UND	R\$2,32	R\$1.624,00
175	400	Sachê desodorizador biodegradável floral, lavanda e etc., para vaso sanitário	UND	R\$2,55	R\$1.020,00
176	300	Toalha de limpeza multiuso, laranja, para moveis, dimensão mínima: 30x40cm	UND	R\$5,03	R\$1.509,00
177	300	Toalha de limpeza para chão, antiderrapante, alta absorção, tecido, mínimo 45x65cm	UND	R\$8,83	R\$2.649,00
178	150	Toalha de rosto, 100% algodão, cores variadas, dimensão mínima de 21x33cm	UND	R\$23,39	R\$3.508,50
179	1000	Vassoura de palha	UND	R\$10,88	R\$10.880,00
180	200	Vassoura de pelo	UND	R\$13,65	R\$2.730,00
181	50	Saco para lixo, com 15 unid., 100 lts, médio, reforçado	PCT	R\$7,66	R\$383,00
182	100	Saco para lixo, com 100 unid., 60 lts, infectante	PCT	R\$57,14	R\$5.714,00
183	200	Saco para lixo, com 10 unid., 100 lts reforçado	PCT	R\$14,20	R\$2.840,00
184	300	Papel Institucional 8x1	UN	R\$38,61	R\$11.583,00



185	300	Papel Interfolhas 5 x1	UN	R\$13,29	R\$3.987,00
VALOR MÉDIO TOTAL					R\$1.368.318,40

1.3. O transporte dos gêneros alimentícios deverá ser realizado em veículo adequado para proteção de exposição solar. No caso de distância superior a 30 (trinta) km, o transporte deverá ser efetuado em caminhão baú refrigerado de modo a conservar as características organolépticas e nutricionais dos alimentos;

1.4. Estão inclusas no valor do serviço as despesas com deslocamento, custo de manutenção, reposição e substituição de itens, traslado e transporte dos materiais.

1.5. A ata de registro terá validade para 12 meses podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/21.

2.) DA FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA:

2.1 – A necessidade premente de realizar a aquisição de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) envazado em botijões de 13Kg, material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-Go é fundamentada em diversos aspectos essenciais para o funcionamento eficaz dessas instâncias governamentais e o atendimento eficiente às demandas da comunidade.

A aquisição de gêneros alimentícios é vital para garantir a disponibilidade de alimentos frescos e variados, atendendo às necessidades nutricionais dos colaboradores e contribuindo para um ambiente de trabalho saudável. Além disso, a inclusão de GLP em botijões de 13Kg assegura o fornecimento contínuo de energia, imprescindível para o funcionamento de equipamentos e processos que sustentam as atividades cotidianas das Secretarias.

A obtenção de material de consumo, produtos de higiene/limpeza e utensílios para copa e cozinha está alinhada à manutenção de ambientes limpos, organizados e propícios ao desempenho eficiente das tarefas diárias. Esses insumos não apenas contribuem para a higiene e segurança dos espaços de trabalho, mas também promovem um ambiente acolhedor e propício à produtividade.



Portanto, a aquisição desses insumos é essencial para criar um ambiente de trabalho funcional, seguro e propício ao desempenho eficaz das atividades das Secretarias, consolidando a capacidade da Prefeitura Municipal de São Patrício-Go em atender às necessidades da comunidade de maneira eficiente e comprometida.

3.) DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1. A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação e apresentação de propostas a serem exigidas na dispensa, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal no 14.133/21.

3.2. A(s) empresa(s) ou instituição(ões) interessada(s) no fornecimento dos produtos acima relacionados deverá(ão) apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação, para posterior contratação.

- a) Cópia do Contrato Social devidamente atualizado na forma da Lei;
- b) Cópia do CNPJ da empresa emitido há no máximo 01 (um) ano;
- c) Cópia da CND junto a Receita Federal (certidão conjunta), Estadual e Municipal da sede da interessada;
- d) CND trabalhista;
- e) Cópia da CND junto ao FGTS.
- f) Demais documentos a serem exigidos no Edital ou pela administração.

4.) DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

4.1. A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5.) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas com a execução do contrato oriundo do presente Termo de Referência serão cobertas pelas dotações vigentes no orçamento de 2024, conforme dotações parte integrantes do processo.

ÓRGÃO	FONTE
Secretaria Municipal de Administração	100
Secretaria Municipal de Saúde	102
Secretaria Municipal de Educação	101



Secretaria Municipal de Assistência Social	100/129/132/282
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte, Obras e Serviços Públicos	100
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	100
Secretaria Municipal de Agricultura	100
Secretaria Municipal de Esporte	100
Gabinete do Prefeito	100

6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO:

6.1. A execução iniciada imediatamente e o fornecimento realizado em até 05 (cinco) dias após a emissão da requisição;

6.2. A entrega deverá ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de São Patrício localizada no seguinte endereço: Rua Maria Tavares de Andrade, s/n - Setor Bouganville, São Patrício - GO, 76343-000;

6.3. O horário de recebimento será de 9h às 17h;

6.4. O fornecedor deverá garantir a qualidade dos alimentos, produtos, insumos e materiais, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

6.5. Os alimentos deverão estar próprios para o consumo, dentro do prazo de validade, frescos, em bom estado e aparência.

6.6. O pagamento deverá observar o recebimento da Nota de Empenho/requisição ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso;

7. DA VIGÊNCIA

7.1. A ata de registro terá validade para 12 meses podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

8.1. Os fornecimentos serão recebidos:



a) provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

b) o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) definitivamente, por servidor ou comissão designada, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo definido no item 8.1, “b”.

8.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. A contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a execução / fornecimento dos serviços / produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os fornecimentos prestados;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



9.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.5. O objeto deve ser fornecido, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas dos órgãos competentes e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações descritas neste Termo de Referência.

9.1.6. A contratada deverá acatar as decisões, instruções e observações que emanarem da contratante, corrigindo o fornecimento, sem ônus para o contratante;

9.1.7. Corrigir e substituir, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco e de forma imediata, quaisquer vícios, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do termo de referência.

9.1.8. Não empregar acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional, a qualquer título.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Receber provisoriamente, disponibilizando local, data e horário;

10.1.2. Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

10.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade provisoriamente com as especificações constantes, para fins de aceitação e recebimento definitivos;



10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS:

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados através de transferência eletrônica em conta de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

a. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de São Patrício, através da Secretaria Municipal de Finanças.

b. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

12.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente da CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, cópia dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débito para com a Fazenda Federal (certidão conjunta);
- b) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
- c) Certidão Negativa Municipal;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.



12.4. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência na prestação dos serviços conforme objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

13. RECEBIMENTOS DA NOTA DE EMPENHO

13.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem/ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração Prefeitura, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração da Prefeitura chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

13.2. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

13.3. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, pela Prefeitura de acordo com as condições previstas no edital/termo de referência.

14.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.



14.3. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato/ordem dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

14.3.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria emitida pela Prefeitura Municipal de São Patrício e para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

14.3.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de São Patrício tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

14.3.1. Caso não ocorra o pagamento da multa a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) estabelecidos no item 3.

14.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

14.5. As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Administração;



15.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

15.3. O fiscal da Secretaria anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

16.1. No interesse da Secretaria de Administração o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

16.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

17. SANÇÕES

17.1. As sanções aplicáveis serão as previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, respeitados a ampla defesa e contraditório.

Rubia Aparecida Pereira do Carmo

GESTORA

CPF nº 010.448.621-06

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

Processo nº 942/2024



Declaração de Enquadramento Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA sob as penas da lei, por intermédio de seu representante legal, que não há nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e que a licitante se enquadra na condição de _____.

_____, ____ de _____ de 2024.
(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



Declaração de Pleno Atendimento

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico em epigrafe.

A licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA ainda sob as penas da lei, que o e-mail que será utilizado para receber notificações e informações será: _____.

_____, ____ de _____ de 2024.
(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023
Processo nº 942/2024



Declaração de Empregador Pessoa Jurídica

_____, inscrito no CNPJ nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, portador da Cédula de Identidade nº _____,
_____, e do CPF nº _____,
DECLARA sob as penas da lei em cumprimento a disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da
Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2024.
(local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023
Processo nº 942/2024



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ____/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE _____ DE
SÃO PATRÍCIO DE GOIAS E _____,
CONFORME CLAUSULA E CONDIÇÕES ABAIXO
DELINEADAS:

FUNDO MUNICIPAL DE _____, fundo público vinculado ao Município de São Patrício, sediado na _____, São Patrício-GO, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. _____, neste ato representado por seu (sua) gestor (a) a _____, neste ato denominado **CONTRATANTE**; e de/do outro lado, a empresa _____, com título do estabelecimento: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com endereço/situada na _____, neste ato representada por seu representante legal o (a) Sr (a). _____, brasileiro, estado civil, portador do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, resolvem firmar o presente instrumento de contrato, em conformidade com o contido no **Processo Administrativo nº. 942/2024 e Pregão Eletrônico nº. 008/2024**, com fundamento na Lei 14.133/2021 e posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QNT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



Total						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes desta contratação correrão a expensas de recursos oriundos da/de receita própria, saldo suficiente ou percentual autorizado que possibilite a suplementação do objeto deste instrumento, através da seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Pelo fornecimento dos itens/materiais, objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores descritos na planilha inserida na cláusula primeira deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – Fica expressamente estabelecido que no valor/preço deste contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, entrega e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da/desta contratação.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Contrato, os acréscimos ou supressões, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133 e suas eventuais alterações posteriores, sempre precedido da indispensável justificativa técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

Este contrato terá vigência até _____, com início a partir da data de sua assinatura pelas partes interessadas.

Parágrafo Primeiro – O fornecimento/entrega dos objetos/itens/produtos objeto do presente será/deverá ser efetuado/realizado de acordo com a necessidade da unidade solicitante, com **prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento**, que deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de _____,



situada à _____ das 8 às 17 horas de segunda a sexta feira.

Parágrafo Segundo – A entrega será por conta a empresa contratada.

Parágrafo Terceiro – Não serão considerados como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de força maior e caso fortuito, devidamente comprovados, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – O(s) produto(s) será(ão) recebidos:

- a) provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- b) o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c) definitivamente, por servidor ou comissão designada, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de a verificação a que se refere à alínea “c”, do parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total do/deste contrato é/será de **R\$** _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E SUSTAÇÃO

Os pagamentos serão efetuados/realizados através/mediante depósito/crédito bancário em/na _____, de titularidade da CONTRATADA, obedecendo-se as seguintes condições:

- a) Os pagamentos serão efetuados/realizados em até **15 (quinze)** dias úteis, contados após o devido ateste pelo setor competente da Contratante nas respectivas notas fiscais/faturas dos



produtos efetivamente entregues, tudo em conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de São Patrício-GO.

b) As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente do CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débitos com a União (conjunta), Estado e Município;
- b) Certidão negativa de débitos Trabalhistas
- d) Certidão/Certificado de regularidade de situação com o FGTS.

Parágrafo Segundo – A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

Constituem sanções aplicáveis:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia, até o décimo dia de atraso na entrega dos produtos;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual por inadimplemento contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de solicitação de rescisão do contrato sem justificativa aceita pela Contratante;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por 2(dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

Parágrafo Único – As multas serão descontadas "ex-offício", de qualquer crédito da



CONTRATADA existente na Prefeitura Municipal de São Patrício-GO, em favor desta última. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos e na forma que a CONTRATANTE determinar, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, ficando reconhecidos os direitos da CONTRATANTE, especialmente quanto aos lucros cessantes, danos emergentes, como também perdas e danos.

Parágrafo Primeiro – À CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir ou revogar este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) Falência, “Recuperação Judicial” ou dissolução da CONTRATADA;
- b) O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, por parte da CONTRATADA;
- c) Subcontratação, cessão ou transferência do presente Contrato;
- c) Atraso sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, superior a 30 (trinta) dias corridos, nos prazos estabelecidos para o fornecimento do objeto;
- e) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à CONTRATADA;
- f) Descumprimento, pela CONTRATADA, das determinações dadas pela fiscalização da CONTRATANTE;
- g) Qualquer garantia, caução ou utilização deste Contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- h) Entre outros, conforme previsto no 155 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/21 e suas eventuais modificações.

Parágrafo Segundo – O Contratante, poderá também rescindir este Contrato, independente dos motivos relacionados no “caput” e no parágrafo primeiro desta cláusula, por sua conveniência exclusiva e/ou por mútuo acordo, mediante aviso com 30 (trinta) dias de antecedência, desde que efetue o pagamento dos objetos fornecidos até a data da sua rescisão.

Parágrafo Terceiro – Se a CONTRATADA der causa à rescisão deste Contrato ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será deduzida dos pagamentos a que tiver direito a CONTRATADA, respondendo ainda por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE o fornecimento efetuado, podendo a CONTRATANTE, segundo a gravidade do



fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a CONTRATADA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com os **ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS**, pelo prazo previsto no art. 156 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral do objeto deste Contrato, ficando desde já designado a Secretária Municipal de _____, bem como a servidora _____, para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, na forma do que dispõe o art. 104, III c/c art. 117, ambos da Lei n. 14.133/21, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento do objeto e de tudo dará ciência a Administração.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização verificará o cumprimento das especificações, bem como a qualidade e aceitabilidade.

Parágrafo Segundo – A fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

Parágrafo Terceiro – O representante do contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle quanto ao fornecimento do objeto do contrato.

Parágrafo Quarto – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município/Prefeitura de São Patrício, de suas secretarias e/ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei n. 14.133/21.

Parágrafo Quinto – O gestor responsável pelo contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE



Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente os materiais/produtos/itens, disponibilizando local, data e horário, bem como acompanhar e fiscalizar a sua entrega.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência, deste Instrumento e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto, dos produtos adequadamente e efetivamente entregues.
- e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

É obrigação da CONTRATADA, fornecer/efetuar a entrega do o objeto deste contrato, obedecendo às especificações, itens, quantidades, subitens, elementos, formas, modo e instruções fornecidas pela CONTRATANTE e condições gerais específicas do Edital, Termo de Referência, deste Instrumento e da Proposta da CONTRATADA, bem como:

- a) Efetuar a entrega dos produtos objeto do presente em perfeitas condições no prazo local e horário indicados pela Secretaria, em estrita observância as/das especificações constantes do Edital, deste Instrumento e da Proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal constando de forma detalhada as suas características tais como: marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, os produtos com avarias ou defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto deste contrato;
- e) Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, tais como condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e para a



contratação;

- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, **ENTREGA** e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i) Possibilitar a Secretaria, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos/itens, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;
- j) Responder pelos danos causados diretamente ao Município/Prefeitura, a suas Secretarias e/ou aos demais Fundos ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento desta;
- k) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- l) Comunicar por escrito eventual atraso e anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando para tanto razões justificadoras a serem apreciadas pela Secretária.
- m) Não transferir sob nenhum pretexto sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- n) Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;
- o) Responsabilizar-se/arcar com todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas, etc.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a manter até o término deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na/para a Licitação, no Edital, Termo de Referência, Contratação, deste Instrumento, Proposta, bem como os da legislação pertinente.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA responderá, obrigatoriamente, entre outros, por todos os encargos decorrentes do fornecimento, e/ou outros encargos semelhantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO



É vedada a cessão e/ou transferência deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações nele previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS TAXAS E IMPOSTOS

Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste Instrumento, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

O encaminhamento de cartas e/ou quaisquer outros documentos pela CONTRATADA a CONTRATANTE deverá ser efetuado/realizado através/mediante do Protocolo Geral desta, não se considerando nenhuma outra forma como prova de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas Leis Brasileiras, e o Juízo da cidade de São Patrício - GO terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o Foro de Eleição, prevalecendo sobre qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

São Patrício - GO, _____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE
CONTRATADA
FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

1) _____ CPF _____
2) _____ CPF _____



MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço ____/2024, para:

Pregão Eletrônico nº: ____/2024

Processo Adm. Nº: ____/2024

Validade: 12(doze) meses, prorrogáveis por igual período a critério da administração

Às __:00 horas do dia __/__/2024, no(a) sede da PREFEITURA DE SÃO PATRÍCIO, reuniram-se na SALA DE LICITAÇÃO, situada à RUA MARIA TAVARES DE ANDRADE, SETOR BOUNGAVILE, SÃO PATRÍCIO, CEP: 76.343-000, Fone: (62) 3340-0066, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.670/0001-08, representado pelo(a) Agente de Contratação, ora designado como Pregoeiro(a), Sr. SEMER AUGUSTO ALVES, brasileiro(a), portador do CPF/MF nº 868.996.861-04, e os membros da Equipe de Apoio FABRÍCIA CÂNDIDA DA SILVA e MARCOS VINÍCIUS RAMOS, designados pela Portaria n. 121/2024, com base na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais regulamentos municipais, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Eletrônico nº ____/2024, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, R E S O L V E lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta Ata é o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para a aquisição parcelada/fracionada de gêneros alimentícios, GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), material de consumo, produtos de higiene/limpeza, utensílios para copa e cozinha, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Patrício-GO, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, tendo como fornecedor registrado a empresa abaixo indicada e os itens registrados.

LOTE/ITEM	EMPRESA
	NOME: CPF/CNPJ: ENDEREÇO: FONE:



	EMAIL: REPRESENTANTE LEGAL NOME: CPF: CEF AG: CC:
--	---

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº ____/2024 acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação de ____ de ____ de 2024, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações do fornecedor REGISTRADO, entre outras:

- I. Assinar o contrato de fornecimento/serviço com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (Cinco) dias úteis, contados da solicitação formal, **se for o caso**.
- II. Providenciar a imediata correção/substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento do objeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.
- III. Executar o objeto nas condições estipuladas no termo de referência, no prazo máximo estipulado, conforme citado a cima.
- IV. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local da entrega.
- V. Manter durante a execução do objeto deste termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- VI. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados:
- VII. Executar o objeto em conformidade e condições estipuladas neste termo de referência.
- VIII. Possibilitar a **Secretaria Municipal de Administração**, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Órgão Gerenciador:



- IX. Responder pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste termo de referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento desta.
- X. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelas Secretarias.
- XI. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse das Secretarias e demais fundos, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido:
- XII. Substituir, sempre que exigida pelas Secretarias, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios a disciplina do Órgão Gerenciador ou ao interesse do Serviço Público.
- XIII. A Secretaria não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- XIV. Atender prontamente quaisquer exigências do representante e da Secretaria de Municipal, inerente ao objeto deste termo de referência.
- XV. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone.
- XVI. Todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas e etc., correrão por conta da empresa ou pessoa física contratada.
- XVII. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

DO REGISTRO DE PREÇOS



CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e o objeto constante desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
TOTAL R\$						

DAS OBRIGAÇÕES DO (A) ÓRGÃO GERENCIADOR (Município/Secretaria/Fundo)

CLÁUSULA QUINTA: São obrigações do órgão gerenciador, entre outras:

- I. gerenciar, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;
- II. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- III. acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
- IV. publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº /2024, o Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar o serviço pretendido, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.



CLÁUSULA SÉTIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO/ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura deste.

DO PAGAMENTO AO FORNECEDOR REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade do fornecedor registrado, obedecidas as seguintes condições:

- a) **OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO:** Os pagamentos serão efetuados 15 (QUINZE) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento do Governo Municipal de São Patrício-GO.
- b). As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

O FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar ao setor competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

- f) Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (conjunta), Estadual e Municipal;
- g) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;
- h) Certidão de regularidade para com a Justiça do Trabalho (CNDT)

O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

Poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- d) Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro, de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO;
- e) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de



Registro;

f) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA: Poderá o Órgão Gerenciador sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

g) Incoerência no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, de responsabilidade do Fornecedor Registrado;

h) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro;

i) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.
- II. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata
- III. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- IV. Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade
- V. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- VI. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:



- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- VII. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- VIII. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:
- a) Houver interesse público, devidamente fundamentado;
 - b) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - c) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido
 - d) Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor
 - e) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;
 - f) Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO
- IX. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) Por razão de interesse público; ou
 - b) A pedido do fornecedor.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, sendo:



ÓRGÃO	DOTAÇÃO	FONTE

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Órgão Gerenciador e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Fornecedor Registrado as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo primeiro – Além das disposições contidas na Lei 14.133/21, são as seguintes as sanções aplicáveis:

I. advertência;

II. Multa – de mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, conforme gravidade aferida pela administração e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei 14.133/21](#);

III. **suspensão temporária** do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até 3 (três) anos nos casos de descumprimento desta Ata de Registro e ainda as disposições contidas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21](#);

IV. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade no caso de ocorrência do previsto nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do mesmo diploma.

Parágrafo segundo - A Detentora/Fornecedor Registrado será notificada, por escrito para:

a) Recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.



- b) Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;
- c) Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o MUNICÍPIO poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

Parágrafo terceiro - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A penalidade de advertência poderá ser, nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

- I. descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o MUNICÍPIO;
- II. execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- III. pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

- I. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.



- II. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- III. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.
- IV. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
- V. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- VI. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 12024 e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente registro decorre de adjudicação à(s) PROMITENTE(S) REGISTRADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e



especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº /2024 conforme decisão do Pregoeiro do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada de / /2024, e posterior homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCUMA NOTA: Caberá ao Órgão Gerenciador do Município o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SÃO PATRÍCIO, de ____ de 2024.

DANILO MAX DE SOUZA COSTA
PREFEITO

SEMER AUGUSTO ALVES
PREGOEIRO

FORNECEDOR (S) REGISTRADO(S):

FORNECEDOR REGISTRADO
ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023
Processo nº 942/2024



MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PATRÍCIO, GO

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a contratação, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARC A	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
TOTAL					R\$	

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:

A fornecer o objeto no prazo e condições previstos no Edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da abertura da mesma.

Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, ____ de _____ de _____

____ (assinatura)____

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023



Processo nº 942/2024

**DADOS COMERCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO DA VENCEDORA DO
PREGÃO**

DADOS COMERCIAIS	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE/FAX	
E-mail	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE VAI ASSINAR CONTRATO	
Nº. IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA	
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL	
ESTADO CÍVIL, PROFISSÃO DO REPRESENTANTE LEGAL	
ENDEREÇO DO REPRESENTANTE LEGAL	
TELEFONE DO REPRESENTANTE LEGAL	
E-mail DO REPRESENTANTE LEGAL	
BANCO E CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO	

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

Processo nº 942/2024



FORMULARIO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Empresa _____
CNPJ _____ retirou este Edital de licitação e deseja ser
informada de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo fax:
_____.
(Local), aos _____ / _____ / 2024.

(Assinatura)

**OBS.: AS EMPRESAS QUE RECEBERAM O EDITAL VIA E-MAIL OU QUE
RETIRARAM PELA INTERNET DEVERÃO ENVIAR ESTE RECIBO AO AGENTE DE
CONTRATAÇÃO DO GOVERNO MUNDICIPAL DE SÃO PATRÍCIO-GO, PELO
TELEFONE: (62) 3340-0066. PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS
INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.**

**TODA INFORMAÇÃO ADICIONAL DESTE CERTAME SERÁ DIVULGADA
CONFORME EXIGÊNCIA EM LEI. FAZ-SE SABER QUE O NÃO ENVIO DESTE
DOCUMENTO PREENCHIDO CORRETAMENTE, EXIME A ADMINISTRAÇÃO DA
OBRIGAÇÃO DE QUALQUER EVENTUAL INFORMAÇÃO DESTE PREGÃO
DIRETAMENTE AO LICITANTE.**